

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Política Geral reuniu no dia 06 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Arrendamento urbano;
- Comunidades açorianas;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Cooperação regional;
- Habitação e equipamentos;
- Ordem e segurança públicas e proteção civil;
- Organização administrativa da Região;
- Prevenção e segurança rodoviárias;
- Trabalho e formação profissional;
- Tratados e acordos internacionais;
- Urbanismo.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2025.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025.

Quadro

Plano Regional Anual para 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão e representação	8.999.993	8.999.993	0
1.1 - Coordenação da atividade governativa	1.230.000	1.230.000	0
1.1.1 - Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	830.000	830.000	0
1.1.4 - Gestão de imóveis da Presidência do Governo Regional	100.000	100.000	0
1.2 - Cooperação com os Municípios	1.228.713	1.228.713	0
1.3 - Cooperação com as Freguesias	6.475.280	6.475.280	0
1.4 - Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - Infraestruturas e equipamentos municipais	66.000	66.000	0
2 – Relações externas, ciência e comunicações	30.150.000	30.150.000	0
2.1 - Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	293.750	293.750	0



2.2 - Os Açores no Espaço Europeu	299.000	299.000	0
2.7 - Cooperação Institucional	410.000	410.000	0
3 – Finanças, Planeamento e Competitividade	89.327.323	89.327.323	0
3.3 - Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	9.433.041	9.433.041	0
4 – Diáspora e Media	4.500.000	4.500.000	0
4.2 - Emigrado e Regressado	101.794	101.794	0
4.3 - Identidade cultural e Açorianidade	734.750	734.750	0
4.4 - Imigrado e interculturalidade	89.957	89.957	0
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	338.761.470	305.724.292	33.037.178
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	113.566.299	50.085.000	63.481.299
10.2 Qualificação Profissional e Emprego	73.566.299	10.085.000	63.481.299
10.6 Habitação	36.200.000	36.200.000	0
11 – Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	33.000.000	33.000.000	0
11.5 - Equipamentos e comunicações	3.850.170	3.850.170	0
11.6 - Infraestruturas do SRPCBA	310.000	310.000	0
11.7 - Protocolos e apoios	9.454.640	9.454.640	0
11.8 – Formação	364.499	364.499	0

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

[Parlamento online - Audição do Vice-Presidente do Governo Regional - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O vice-presidente, Artur Lima, iniciou a sua intervenção referindo que, ia fazer um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- *“O Plano e Orçamento 2025 da Região, relativamente aos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, manter a organização e estrutura, que está centrado em dois projetos, as Relações com o Atlântico e os Territórios de Interesse Estratégico para os Açores e a presença dos Açores no Espaço Europeu.*

Os objetivos para 2025, são, no entanto, mais desafiantes, pois, como sabem a conjuntura internacional densifica-se e neste âmbito, a dinâmica de trabalho e de atuação do governo manter-se-á nessa dupla vertente: Europa e Relação Transatlântica.

Nas relações com o Atlântico e Territórios de Interesse Estratégico teremos um investimento de cerca de 300 mil euros e neste âmbito procuraremos desenvolver a nossa relação com os Estados Unidos, e com todos os territórios estratégicos para a nossa Região Autónoma, como é o caso do Canadá, do Brasil e das Bermudas como temos vindo a fazer.

Ao nível da cooperação externa, enalteçemos, o papel do INTERREG MAC 2021-2027, como sabem e temos designadamente este ano agora a começar o Projeto ATLANTE, que foi aprovado no dia 6 de junho de 2024, no Funchal, que visa a promoção da cooperação entre os espaços europeus da Madeira, Canárias e não europeus, nomeadamente Cabo Verde, Senegal, Mauritânia, S. Tomé e Príncipe, Gana, Gâmbia e a Costa do Marfim.

É um projeto com um orçamento para a região de cerca de quinhentos e trinta e oito mil euros. Salienta-se, neste âmbito, que a região foi incumbida da tarefa de dinamização de um grupo de trabalho centrado na dimensão arquipelágica, ou seja, entre os nossos arquipélagos o que é muito vantajoso para nós, que visa aprofundar a cooperação entre os cinco arquipélagos que integram a área geográfica desta cooperação: a Madeira, as Canárias, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e naturalmente nós– Região Autónoma dos Açores.

Temos um outro projeto que foi aprovado e vai começar, todos estes projetos vão começar com um atraso significativo, devido às eleições europeias e, tudo isso está atrasado, com um orçamento global de dois milhões e duzentos mil euros e da região cerca de duzentos e vinte mil euros.

É o projeto DIGITAL ISLANDS tem como objetivo aumentar as capacidades das regiões insulares na troca de práticas no domínio de soluções digitais.

Manteremos a nossa participação ativa, como é o caso neste momento, que estou a participar numa dessas reuniões, e, também vai decorrer hoje uma reunião em simultâneo do projeto ATLANTE com a cimeira, um bocadinho à margem, vai decorrer em Lanzarote, e manteremos a nossa participação ativa nos organismos de cooperação inter-regional de que a região faz parte,



e, naturalmente a Conferência de Presidentes das RUPs, e toda a estrutura de cooperação entre os órgãos executivos das RUPs e o respetivo Comité de Acompanhamento.

Relativamente ao Aeroporto das Lajes, ao longo dos últimos três anos vem cimentando a sua posição como uma das principais infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

Depois da pandemia que restringiu a mobilidade global, temos a rápida recuperação do Aeroporto das Lajes, a inauguração do terminal de carga, que já vinha feito do anterior governo, e, portanto, temos superado o tráfego em 2022 e 2023 ao nível pré-pandémico e tem corrido bem.

Assim, e tendo como objetivo a melhoria constante da infraestrutura e da sua operacionalidade, o plano de investimentos para 2025 é de cerca de quatro milhões e novecentos mil euros, que inclui, naturalmente, a conservação, manutenção e apetrechamento.

O valor de três milhões engloba todas as despesas essenciais a um Aeroporto, nomeadamente desde a segurança, a limpeza e a prestação de todos os serviços, e como sabem a PSP deixou de prestar serviço de segurança no Aeroporto das Lajes por iniciativa própria e tivemos de contratar uma empresa de segurança a ICTS, que neste momento faz a segurança privada no Aeroporto das Lajes.

Vamos proceder à substituição do revestimento da cobertura, em 2025, num investimento de duzentos e vinte mil euros, um projeto muito interessante da manutenção da estrutura que já necessita de manutençã já à bastante tempo, e a primeira fase vai ser adjudicada brevemente.

No que concerne aos equipamentos de rastreio de segurança aeroportuária verificamos um aumento substancial de quatrocentos mil euros, passamos de seiscentos mil para um milhão de euros, porque os equipamentos encarecem e a inflação.

A promoção de novos fluxos turísticos, também tem corrido bem, nas nossas expetativas e para a capacidade do aeroporto, temos uma verba de duzentos mil euros, que visa aumentar a notoriedade do Aeroporto das Lajes, e também a participação em eventos internacionais, de captação de fluxo turístico, embora estamos agora a começar a participar nessas feiras, o que antes não se fazia e que eu acho muito importante estarmos presentes, pese embora em competição com a ANA que é uma empresa privada e com outro músculo que a aerogare não tem, mas temos participado e tem corrido bem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Já adquirimos a nova estação meteorológica automática, que é um aparelho de navegação muito importante para apoio e, sobretudo, nesta altura que temos muita alteração de ventos e climáticas, a estação meteorológica automática é um investimento estruturante para a Aerogare das Lajes e para a aviação nos Açores.

O projeto como sabem já foi apresentado, o estudo prévio, para ampliação da aerogare, esse já foi apresentado, foi concluído e agora estamos a fazer o seu projeto de ampliação, que também vamos agora tratar disso para se proceder depois a ampliação da aerogare civil.”

De seguida o presidente da comissão abriu as inscrições para uma primeira ronda, para perguntas e esclarecimentos, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS).

No uso da palavra o deputado José Eduardo questionou o governante no sentido de nos dar algumas explicações sobre aquilo que tem sido o trabalho, e aquilo que eventualmente poderão vir a ser outros trabalhos feitos pelo gabinete de representação da região em Bruxelas.

Em relação à Base das Lajes, perguntou e tendo em conta a audição no último Plano e Orçamento, que não foi há muitos meses, em que ponto está a questão salarial dos trabalhadores da Base das Lajes, e, se aquilo que respondeu na altura já foi tudo resolvido, se a questão do pagamento do suplemento, que não sabemos bem se é o suplemento, ou se não é, mas, saber se esse suplemento engloba, ou não as diuturnidades, no fundo questionar sobre todos os desenvolvimentos relacionados com a questão salarial dos trabalhadores da Base das Lajes.

O vice-presidente em resposta disse que o gabinete sempre teve duas pessoas e apenas fazem o apoio ao governo quando lá vão, e que também articulam com a REPER, com a comissão europeia e com os organismos europeus e dão todo o apoio na preparação das reuniões. Quanto a outro papel que eventualmente deva ter entende que poderia ter, mas que ainda nunca assim foi decidido alterar e que tem mantido o tipo de apoio ao Governo Regional.

Em relação à questão da Base das Lajes, disse que isto é um problema que foi criado quando se acabou o inquérito salarial, que foi acabado pelos anteriores governos do PS, e que a partir deste momento o que vão fazendo é mitigando a questão, e que o funcionário fica acima do ordenado mínimo, mas à custa da sua diuturnidade, aliás vem numa resposta que já deram a um requerimento, presumo que do CH sobre essa matéria. E, continuou dizendo que, desde que acabou o inquérito salarial nunca mais teve concerto, e que não lhe parece que neste momento a parte americana queira voltar a isso, mas que vão insistindo com os Governos da República.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Também disse que vão ver o que conseguem na próxima Bilateral, e, também considera que já deram um passo na melhoria deste problema com o suplemento que é dado.

Referiu também, que estão a tentar que se faça a negociação dos aumentos não em maio, mas em janeiro, mas, os americanos justificam que na função pública americana os aumentos são feitos em maio, o que não coincide com os nossos aumentos.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO:

[Parlamento online - Audição da Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, iniciou a sua intervenção referindo que participa nesta reunião para apresentar, em termos gerais, a Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2025 nas áreas da Qualificação Profissional, Emprego e Habitação.

“O investimento previsto para o próximo nas áreas da Qualificação Profissional e Emprego totaliza 73,5 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros provenientes do Orçamento da Região e 63,4 milhões de euros de outros fundos, como é o caso do Fundo Social Europeu, para o financiamento de medidas no âmbito da formação profissional, dos programas de estágios profissionais e dos programas de emprego.

Trata-se de uma proposta de investimento:

- Realista, porque está programado no quadro da entrada em vigor do novo quadro comunitário e do investimento a ser executado no próximo ano no âmbito do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência;

- Responsável, porque permite aprofundar as respostas públicas aos desafios que ainda enfrentámos, sobretudo, no que respeita ao reforço das qualificações de jovens e adultos e à promoção da empregabilidade dos desempregados mais vulneráveis perante o mercado de trabalho;

- Reformista, porque assegura as condições para que o Governo dos Açores possa dar continuidade à execução de medidas inéditas na região, como as medidas de apoio à melhoria do rendimento dos trabalhadores, à estabilidade laboral, enfim, à dignificação das profissões e à qualidade do emprego, essenciais para atrair e fixar população nos Açores e para que as empresas possam ter trabalhadores produtivos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em 2024, o investimento nas políticas de qualificação e emprego permitiu aprofundar uma trajetória francamente positiva para trabalhadores e empresas.

A região mantém-se em pleno emprego (4.447 desempregados em setembro); o número de desempregados em programas ocupacionais é o mais baixo dos últimos 10 anos; a população empregada regista máximos históricos; o desemprego jovem continua a baixar, ao mesmo tempo em que estão mais jovens nos Açores empregados, desde o final de 2021 (fim da pandemia), e em que a taxa dos jovens NEET está também a baixar.

Portanto, estes são bons resultados que redobram a nossa responsabilidade em manter e aprofundar as políticas públicas em favor e em benefício dos açorianos.

Em 2025, e conforme documenta a proposta de Plano de Investimentos, o nosso objetivo assenta na continuidade e consolidação de uma estratégia que visa a valorização do capital humano e a promoção da empregabilidade.

Estamos a falar em investimento, que se traduz:

- Na dignificação das profissões, promovendo a valorização social e económica de todas as profissões, combatendo a precariedade e a desvalorização salarial em determinados setores de atividade.*
- Na promoção da estabilidade laboral, incentivando a criação de postos de trabalho estáveis e a longo prazo, através dos apoios à contratação.*
- Na adequação salarial, promovendo uma justa remuneração dos trabalhadores, através de políticas que estimulem a negociação coletiva e que garantam salários justos e adequados ao custo de vida e às qualificações profissionais.*
- Nos estímulos aos estágios profissionais como via de aproximação ao mercado de trabalho e como instrumento de qualificação de jovens e desempregados com competências específicas exigidas pelo mercado.*
- Nos estímulos à qualificação e formação de jovens e adultos, empregados e desempregados, incentivando uma abordagem e intervenção concertada entre Escolas Profissionais, Entidades Formadoras Certificadas e Entidades Empregadoras na oferta e na procura por formação que deve estar atualizada aos desafios da nossa economia e alinhada com as exigências do mercado de trabalho regional.*
- Nos incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, numa perspetiva, inclusive, de incentivo ao desenvolvimento empresarial local e à fixação de jovens e adultos nas freguesias, concelhos e ilhas.*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O combate ao desemprego jovem e de longa duração é um imperativo.

O investimento na atração e, sobretudo, na retenção de jovens qualificados em cada uma das ilhas é uma necessidade, reconhecendo o papel crucial dos jovens na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento da região.

O investimento para 2025 permite responder a um e a outro objetivo estratégico.

No próximo ano, vão também ser aprofundadas as respostas públicas para os desempregados mais vulneráveis perante o mercado de trabalho, através do novo Mercado Social de Emprego, que está em fase final de regulamentação.

Este novo regulamento do Mercado Social de Emprego vai incluir um conjunto de medidas mais eficientes e direcionadas para quem efetivamente precisa, ao mesmo tempo em que cria as condições para a afirmação de uma efetiva parceria entre Administração Pública, entidades sem fins lucrativos e o setor empresarial da região, para que dessa relação tripartida possa resultar uma estratégia duradoura para a superação laboral e a inclusão social dos beneficiários do Mercado Social de Emprego.

No que respeita à Habitação, o caminho feito desde 2021 reflete a aposta dos XIII e XIV governos em matéria de habitação.

As sucessivas execuções dos planos de investimento apoiaram em mais de 50 milhões de euros as famílias açorianas e, até ao final do ano, esse valor irá aproximar-se dos 60 milhões de euros, que representa apenas o investimento da Região Autónoma dos Açores com receitas próprias.

Este investimento permitiu apoiar diretamente mais de 9.000 famílias e indiretamente 1115 agregados familiares por via dos contratos ARAAL celebrados entre a RAA e os Municípios.

Deste modo, destacou os seguintes apoios:

Através do Programa de Apoio “Famílias com Futuro, a região apoia 2329 agregados familiares – 439 referentes a imóveis arrendados para subarrendar e 1890 relativos a imóveis património da região.

Em matéria de apoio ao pagamento das rendas para habitação própria e permanente - através do programa Incentivo ao Arrendamento - apoiámos 2004 famílias em 2024, o maior número de sempre e que se estima superar em 2025. Desde 2021 que o valor global anual atribuído é sempre superior a 3 milhões de euros, valor que nunca foi atingido até 2020.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No que respeita aos apoios à construção – modalidade conhecida por autoconstrução – nesse mesmo período de referência, este número de candidaturas aprovadas e valores atribuídos têm vindo a aumentar. Este programa de apoio mereceu melhorias, como sabem, na sequência da aprovação do Plano de investimentos para 2024, que já se encontram em vigor, o que contribuiu para a melhoria das condições de acesso, abrangendo mais famílias e garantindo um reforço financeiro, em termos gerais, na ordem dos 25%.

Contudo, é preciso mais.

Por essa razão, o Plano para 2025 totaliza um investimento de 36,2 milhões de euros, dos quais 24,8 milhões de euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência para a Habitação, o que se traduz num reforço do investimento de mais de 23% em relação a 2024.

O Plano para 2025 inclui, naturalmente, uma forte componente do PRR – que está refletido na ação – “Promoção de Habitação” – mais 8 milhões de euros, o que nos permite continuar a executar investimento na recuperação do edificado e na construção de novas habitações, sem esquecer a atribuição de 145 lotes infraestruturados.

Este é o maior orçamento para a Habitação dos últimos 10 anos.

Efetivamente, estão a ser dados passos determinantes no sentido de aproveitar os recursos financeiros disponibilizados pelo PRR para aumentar e reequilibrar a oferta pública de habitação no mercado, por via da disponibilização de novos fogos e lotes para autoconstrução, o que, associado à revisão legislativa em curso, vai permitir o acesso dos jovens e das famílias de classe média a habitação acessível – esta é mesmo a prioridade.

E por ser esta a nossa prioridade, colocamos em “letra de lei”, o mesmo é dizer, vamos regulamentar a promoção de habitação em regime de arrendamento com opção de compra, para poder disponibilizar as habitações construídas e reabilitadas no âmbito do PRR e do ORAA aos jovens e famílias de classe média, não descurando naturalmente as mais desfavorecidas.

Por essa via, reforçaremos a oferta de habitação a preços compatíveis com o rendimento dos açorianos.

O aumento da oferta, a criação de habitação a preços acessíveis, as melhorias dos programas de apoio, a confiança no setor da construção civil como parceiro essencial para a concretização destes objetivos, a conjugação de esforços com cooperativas de habitação, autarquias locais e IPSS



garantem uma perspetiva de resolução de um problema que se arrasta há demasiado tempo, pelo que o Governo dos Açores apresenta a este Parlamento uma proposta ambiciosa e abrangente.”

O presidente abriu inscrições para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito o deputado João Vasco Costa (PS) e o deputado Luís Raposo (PSD).

O deputado João Vasco Costa começou por dizer que tem uma rubrica para a promoção de habitação no valor de 5 milhões de euros. Nessa sequência, e visto que na altura em que o vice-presidente tinha a tutela da habitação, o mesmo tinha referido que havia 7 milhões de euros, para a recuperação do parque habitacional do aeroporto em Santa Maria. Perguntou, se esses 7 milhões de euros que foram ditos em 2021, repetidos em 2022 e por aí a fora, se estão dentro desses 8,5 milhões de euros de promoção à habitação.

A secretária regional disse que não ia dar nota daquilo que o anterior titular da pasta tinha referido, que o que podia dizer da rubrica associada à promoção da habitação é para reabilitação e conversão no âmbito do PRR. Sendo certo que este investimento é feito de forma gradual, e que a obra está a ser feita, não se iniciou agora, já se iniciou há muito, e, esta obra que só agora está a ser feita envolve precisamente um conjunto de procedimentos que foram desencadeados para chegar até ao lançamento da primeira pedra. E, que o Bairro de Santa Maria não é uma exceção, que receberam onze bairros a integrar o parque habitacional de Santa Maria e, que apenas seis estavam loteados, que foi necessário lotear os outros cinco, e que estiveram a lotear já os três bairros, o Bairro de São Lourenço, o Bairro de Santa Bárbara e o Bairro de Santo Espírito, e, que agora estão na fase de adjudicação do projeto das infraestruturas, que é isso que pode adiantar relativamente ao bairro do aeroporto de Santa Maria.

Acrescentou, que temos um Plano para 2023, 2024 e 2025, e que este montante que está afeto à promoção da habitação é um reforço do já existente, que são as verbas contempláveis do Plano 2023, 2024 e 2025, e disponíveis para executar obra do PRR da construção e da reabilitação.

No uso da réplica o deputado João Vasco Costa disse que tinha percebido a resposta, e pediu um esclarecimento adicional, se a governante podia quantificar o valor que vai ser usado nesse parque habitacional.

Em resposta a governante referiu, que só depois de terminada esta fase de adjudicação do projeto das infraestruturas é que pode dar nota pública de qual o valor que está em causa, que neste



momento ainda é prematuro dizer, porque estamos em fase de análise das candidaturas que foram apresentadas.

No uso da palavra o deputado Luís Raposo começou por fazer várias referências ao trabalho na área da habitação, que com este governo passaram efetivamente da propaganda à ação. Referiu-se assim ao loteamento das Candeias nos Fenais da Luz, à construção dos apartamentos multifamiliares na Freguesia da Maia, ao loteamento na Achadinha, com a construção de quinze novas moradias, ao empreendimento de Trás dos Mosteiros, na cidade da Ribeira Grande, que reforçará a oferta pública em 52 novos apartamentos. E, neste seguimento, questionou a secretária regional sobre o que se prevê mais para além disso no futuro.

Mencionou que o PS, através do deputado Francisco César, tem vindo a público dizer que não há habitação para jovens nem para a classe média, e questionou a secretária, em relação à promoção de habitação em regime de arrendamento com opção de compra, para explicar o artigo 51.º e o artigo 50.º, pois poderá haver algum desconhecimento da oposição ou até mesmo um fingimento de desconhecimento.

A finalizar solicitou esclarecimento à secretária regional sobre aquilo que foi o anúncio do CESA, no passado dia 22 de outubro, que anunciou e citou: *“no que concerne ao PRR em habitação neste momento no que toca aos marcos e metas está tudo em dia”*, e acabei de verificar que a taxa de execução nos Açores fixa-se nos 36% enquanto a nível nacional fixa-se nos 20%, pelo que entende que nesta matéria de habitação a oposição possa não querer elogiar o governo, que não o faça, mas também seria preferível que não tecessem críticas sem razão.

A secretária regional em resposta disse que, tem sido feito um forte investimento por este governo em termos de políticas de habitação, e em relação ao que o deputado mencionou, referiu que só nos últimos três meses conseguiram lançar um conjunto de procedimentos de forma a permitir a execução de obra em termos de construção e reabilitação de cento e oitenta e seis habitações.

Disse também, lembrando que para construir uma habitação é necessário um conjunto de procedimentos, tendo elencado os mesmos, desde o registo de propriedade em nome da região, possuir alvará de loteamento, projetos de arquitetura, projetos de especialidades, projetos de revisão, e que todos estes procedimentos atrasam o lançamento da obra ou os autos de consignação ou de adjudicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quanto a isto, aludiu a que nos primeiros anos tiveram de regularizar um conjunto de habitações e terrenos que não estavam em nome da região e fruto desse trabalho que envolveu diversas entidades é que permitiu estar hoje em condições de alavancar um conjunto de procedimentos que permitem estar a falar da construção e reabilitação de 186 habitações.

Salientou que em breve irão consignar as quatro habitações do loteamento dos Casteletes em São Jorge, bem como os nove lotes infraestruturados da Galega, duas reabilitações de imóveis na Ribeira Grande, dezoito reabilitações na Covoada e sete na Canada das Maricas, em São Roque, Ponta Delgada, cinco reabilitações em São Pedro e dezoito em Ponta Garça. Em breve também irão lançar concurso para três habitações na Graciosa. E, quando fala em seguir num curto espaço de tempo, que fala em atos temporais de concurso que vão ser lançados até dezembro. Relativamente à interpretação do artigo 50.º e do artigo 51.º na proposta de orçamento da região, referiu que estes dois artigos refletem bem a opção deste Governo Regional na aposta para as novas gerações, que o artigo 51.º envolve arrendamento com opção de compra, que permite tornar a habitação mais acessível aos jovens e à classe média fruto da atual dinâmica do mercado, que são por vezes preços que não são compatíveis com os seus rendimentos, e ao potenciar toda a habitação que é construída e reabilitada por via do PRR, vamos disponibilizar esta oportunidade esta modalidade de arrendamento com opção de compra em regulamentação própria e que o Governo Regional entende que para promover esta modalidade, a mesma tem de estar devidamente regulamentada e prevista, e que por via do orçamento da região introduziram esta norma que irá ser regulamentada em sede própria por resolução do Conselho de Governo.

Relativamente ao artigo 50.º, este vai ao encontro daquilo que sentem perante a atual dinâmica do mercado, e que num primeiro ponto querem majorar em 50% ao nível do arrendamento para subarrendamento, e no segundo ponto 20% no apoio concedido na vertente ao arrendamento.

E explicou que pretendem, num primeiro ponto, garantir que o valor pago aos proprietários se aproxime das rendas praticadas no mercado livre, que querem manter as habitações que estão arrendadas, e também incentivar a novos potenciais candidatos e, que se aproximarem o valor da renda ao valor que se pratica no mercado, que será mais apetecível um proprietário arrendar a habitação à região, para que a região depois subarrende. Num segundo ponto, dos 20%, no âmbito do incentivo ao arrendamento, e que permitirá também majorar em 20% os valores atribuídos anualmente, para compensar a subida também do valor do mercado das rendas aplicáveis, que são estas duas majorações que estão inscritas no artigo 50.º do plano e orçamento.

Sobre o relatório do CESA destacou que já foi finalizada a meta 2.16, e que cumpriram com as metas contratualizadas.



E sobre isto adiantou que têm disponibilizado cento e quarenta e cinco lotes infraestruturados às famílias, e que adquiriram no mês de outubro seis no Nordeste, seis em Santana, seis na Nossa Senhora da Piedade, e, que também já adquiriram dezasseis lotes para enquadrarem e poderem brevemente disponibilizar às famílias.

Acrescentou, que já lançaram concurso para a aquisição de serviços para a revisão dos projetos para a execução de infraestruturas do loteamento do Biscoito que envolve vinte e dois lotes, e que também já foi autorizada a adjudicação para elaboração do projeto de construção e infraestrutura de loteamento na Nossa Senhora do Rosário nas Capelas, que envolve sessenta e cinco lotes, e, que em maio de 2024 adquiriram dezoito lotes na Freguesia da Ribeirinha, permitindo disponibilizar estes lotes por via também do PRR. E, que no que diz respeito à outra componente do PRR, que é o reforço do parque habitacional social, estão em curso os procedimentos que irão também disponibilizar mais lotes até ao final de 2025.

Não havendo mais inscrições nesta primeira ronda, o presidente da comissão passou para a segunda ronda, tendo-se inscrito o deputado Mário Tomé (PS).

O deputado Mário Tomé disse que a habitação tem um problema que não é só de agora, e que tem a ver com as térmitas que é um problema grave que infelizmente afeta muitas das nossas ilhas, das nossas freguesias e dos nossos concelhos. Questionou a governante sobre a estratégia deste governo para combater esta praga silenciosa, e qual é o valor alocado. E, a segunda questão tem a ver com as candidaturas, se as candidaturas deste ano já foram respondidas, se as pessoas já foram participadas nesses apoios, e, acima de tudo as que estão para trás como é que está o ponto de situação dessas candidaturas.

Em resposta ao deputado a secretária regional disse, que as térmitas é um assunto que não está esquecido, e que têm um bom programa de apoio ao combate à infestação por térmitas, deu nota que em 2023 deram entrada quinze candidaturas, e que no ano de 2024, já deram entrada vinte processos. Acontece, que as candidaturas dão entrada no ano anterior para aplicação no ano subsequente, e, que em relação ao ano de 2023 tiveram trinta e cinco processos cuja execução se traduziu num valor superior a 318 mil euros, que em 2024 têm 28 processos, cuja execução ascende os 221 mil euros. No âmbito do programa de apoio ao combate à infestação por térmitas o mesmo está devidamente regulamentado com legislação própria, e que é com base nessa legislação que atribuem os apoios.



O presidente passou à terceira ronda de inscrições, perguntando se havia inscrições, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS).

O deputado José Eduardo, referiu que na apresentação do plano para 2024, a secretária regional tinha anunciado que as alterações propostas ao Casa Renovada, Casa Habitada e Autoconstrução garantiriam melhores condições de acesso à habitação a preços compatíveis com os rendimentos dos jovens, neste sentido perguntou, quantos jovens foram apoiados no decurso dessas alterações por estes programas.

A secretária regional disse, que ao nível de número de candidaturas de autoconstrução em 2024 tiveram dezoito candidaturas apresentadas, a nível da Casa Renovada, Casa Habitada que tiveram duzentos e vinte e seis e acrescentou que no âmbito da alteração legislativa da Casa Renovada, Casa Habitada para construção, que não só tornaram mais abrangente, alargando o público alvo elegível às medidas, e, que também reforçaram o apoio na média em 25%.

O presidente passou à quarta ronda de inscrições, perguntando se havia inscrições, nesta ronda são colocadas todas as questões e depois os esclarecimentos às mesmas, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS), a deputada Isabel Teixeira (PS) e o deputado Flávio Soares (PSD).

O deputado José Eduardo começou por referir que estão estudados e são conhecidos os impactos da qualificação a nível do rendimento das famílias, e que vê com muita reserva as execuções do plano de 2024 e do PRR nesta área da qualificação, que é uma área para a qual está destinada uma grande parte do montante deste suporte financeiro que nos chegou, o PRR. Perguntou assim, que medidas pretende a governante adotar no sentido de contrariar a incapacidade dos recursos financeiros disponíveis nesta área de qualificação, no sentido de contrariar esta incapacidade que verifica no terreno na aplicação das verbas destinadas à qualificação.

A deputada Isabel Teixeira no uso da palavra solicitou um esclarecimento em relação ao que foi referido pela secretária regional em relação ao loteamento dos Casteletes, porque em abril de 2024 a mesma tinha dito que se previa o lançamento desta empreitada no início do segundo semestre de 2024, e pelo que percebeu agora é que vão consignar estas quatro habitações. No entanto, quando tinha sido designado para São Jorge através do PRR a construção de habitações, havia quatro para o Concelho das Velas e uma para o Concelho da Calheta, neste momento já não se fala nem que seja só uma, é pouco, mas uma faz a diferença, já não se fala nessa construção através do PRR para o Concelho da Calheta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O deputado Flávio Soares referiu algumas informações sobre a situação atual, nomeadamente quanto aos últimos dados, e disse que herdaram um ensino profissional na região completamente abandonado, completamente fora daquela que era a estratégia definida pelo Governo Regional para a gestão da região naqueles anos, e que felizmente este governo tem tido um olhar e uma preocupação diferente e, que os resultados demonstram exatamente isso e que estão à vista de todos. Temos escolas profissionais mais satisfeitas e com mais cursos e mais alunos.

Questionou a secretária regional em termos de qualificação de adultos, se a mesma podia definir ou detalhar um pouco mais a estratégia definida pelo Governo Regional nesta matéria, porque é importante, e que não nos podemos esquecer como é que a escola profissional das Capelas estava e como é que está agora, como centro de qualificação dos Açores que está a funcionar e a funcionar em pleno.

A secretária regional começou por responder à deputada Isabel Teixeira, dizendo que é importante esclarecer, quando falamos nos Casteletes, que falamos da construção de quatro novas habitações do loteamento, cujo anúncio foi publicado a 1 de julho, que estão em fase avançada, e, que vão fazer ainda este mês o lançamento da primeira pedra a que chamam de consignação.

Relativamente à tramitação de cinco habitações, este concurso que foi publicado a 14 de setembro de 2023 ficou deserto, não recebeu qualquer resposta, que vão novamente rever o preço base para lançar um novo concurso. Naturalmente, têm os dez lotes, também, que vão ser disponibilizados por via de cada componente do PRR, e que era isso que gostaria de dar nota e esclarecer relativamente a São Jorge.

Em resposta ao deputado José Eduardo, relativamente às considerações feitas disse que não comunga das referidas considerações, dando vários esclarecimentos, entre eles os pagamentos do FRE. Referiu também o relatório do INE em relação à taxa de desemprego, fez referências aos jovens NEET e aos programas ocupacionais.

Acrescentou que ao terem menos desempregados, menos ocupados que canalizam o investimento para outras áreas de intervenção, especificando as mesmas e respondendo também ao deputado Flávio Soares.

Disse também que tinha sido referido o CQA, que o mesmo tinha sido criado por este governo fazendo referências pontuais ao mesmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Fez também menções aos modelos/cursos de formação e aos valores que disponibilizam para os mesmos: 1.2M€ para a FORM.AÇORES, 1.225 M€ para o QUALIFICA.IN, 3M€ para o VALE + FORMAÇÃO.

Concluindo deu nota que, não cabe ao governo substituir as escolas profissionais, nem o centro de qualificação dos Açores, que cabe ao governo é delinear uma estratégia no âmbito da qualificação profissional e emprego, que permita disponibilizar um conjunto de instrumentos e medidas, para que as escolas profissionais, as entidades formadoras certificadas e empresas se sentem todos no mesmo plano e possam desenhar formação à medida, e, que isto o governo está a fazer, por isso de modo algum poderá comungar que há uma incapacidade atual, e que haja falta de credibilidade desta ação, se em função do investimento já feito conseguimos alcançar resultados históricos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

[PARLAMENTO ONLINE - AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROPOSTAS DO PLANO REGIONAL ANUAL E DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2025](#)

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que em relação às matérias que estão incluídas na área competência da Comissão de Política Geral e que se cruzam com as competências também da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, deu nota de alguns destaques incluídos nos documentos orçamentais para 2025, nomeadamente as negociações com os sindicatos da área da função pública, confirmando que foram duas rondas negociais, tal como tinham feito para 2023 e 2024, cumprindo o que está previsto em termos de legislação, avançando com uma proposta de um acréscimo de 3% à remuneração complementar, que é acima da inflação prevista para 2025 e também o alargamento da abrangência dos escalões passando de 1.701 euros para 2.000 euros.

Informou que com este alargamento dos escalões, mais 755 trabalhadores ficam a beneficiar da remuneração complementar.

Acrescentou, ainda, que nos documentos orçamentais também está previsto um artigo mais programático que refere o estudo para a implementação do projeto piloto da flexibilização laboral, nomeadamente o artigo 17.º, da proposta do Decreto Legislativo Regional do Orçamento, onde consta essa norma.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Disse que hoje mesmo (6 de novembro) saiu o despacho no Jornal Oficial, com a constituição de dois grupos de trabalho, embora o artigo 17.º fale na flexibilização laboral, a semana dos 4 dias.

Mas, que há um outro grupo de trabalho também para o planeamento do rejuvenescimento da administração pública, acrescentando que no caso da flexibilização laboral do projeto piloto da semana de 4 dias, é coordenador o Dr. Délio Borges, que é o Diretor Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público, e, que o mesmo tem 90 dias para apresentação das conclusões dos seus trabalhos.

Disse esperar também obter um desenho do que poderão ser os projetos pilotos em 2025.

Referiu-se ao outro grupo de trabalho, que tem a ver com o rejuvenescimento da administração pública e que dá uma forma de dar sentido, inclusivamente, à nova dominação da DROAP, era DROAP, agora é DROPEP, que fala de Planeamento e Emprego Público, não sendo por acaso que foi redominada esta direção regional, porque de facto, como já é sabido, a região vai ter quase 50% dos trabalhadores de função pública em idade pré-reforma até 2030.

Disse que era tempo para fazer uma abordagem de planeamento do emprego público, acrescentando que, na verdade, na década de 80 do século passado, quando houve um crescimento muito acentuado da administração pública regional, não havia sequer esta perceção, não havia sequer tempo para fazer esse planeamento, concluindo que, pela primeira vez na história, existirá a oportunidade para planear o emprego público e não só planeá-lo em relação à modernização administrativa e aos novos conceitos, mas também planeá-lo em termos das grandes áreas formativas necessárias.

É por isso que neste grupo de trabalho em relação ao investimento, que o governo vai tentar entregar contributos, quer seja do ecossistema de formação profissional dos Açores, quer seja também da própria Universidade dos Açores que já os contactou, no seguimento, aliás, da reunião que tiveram, e, que, entretanto, já contactou o governo pelo facto de já estar a preparar pelo menos um curso para responder a estas necessidades.

Acrescentou que, na terça-feira teve um outro contacto de outro departamento da Universidade, que também já está a preparar e a credenciar outro curso, dando, assim, resposta ao que foi politicamente discutido há alguns meses e que agora será também consubstanciado neste grupo de trabalho.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De referir, também, que nos documentos orçamentais, nomeadamente no artigo 9.º, mantém-se a possibilidade de realização das mobilidades intercarreiras e, que no artigo 20.º, também prevê esta mobilidade intercarreiras para os hospitais da região, que aconteceu também no orçamento para 2024 e está também, naturalmente, previsto no orçamento de 2025.

De resto, deu algumas notas em relação às regularizações nos vários momentos. *“Temos nas empresas públicas com 263 mil pessoas, da regularização extraordinária em 2021, 465, e em relação aos contratos COVID estamos a falar de 515, global, de 243 regularizações, sendo que estes 515 estão em fase final de regularização. Já estão quase todos despachados no âmbito da DROPEP e da secretaria das finanças. Penso que há só uma entidade que há relativamente pouco tempo é que enviou a documentação para a DROPEP, mas isso está tudo a ser finalizado para podermos fazer essa regularização.”*

De seguida o presidente da comissão abriu o período de inscrições para uma primeira ronda aos deputados, para perguntas e esclarecimentos, inscreveu-se o deputado João Vasco Costa (PS) e a deputada Sabrina Furtado (PSD).

O deputado João Vasco Costa perguntou se as reuniões negociais referidas envolveram todos os sindicatos. Depois, perguntou quem chefiaria ou coordenaria o grupo de trabalho do rejuvenescimento da administração pública, para perceber se seria com prata da casa ou se implica um engordamento da despesa pública por via de nomeações ou concursos de pessoas para esse cargo.

E finalmente, pediu para o secretário regional repetir as regularizações, por categorias e, inclusive, os números e saber se, de facto, estão todas executadas.

O governante começou, exatamente, com o pedido de desculpa porque de facto tinha referido um grupo de trabalho da flexibilização laboral, liderado pelo Dr. Délio Borges, que é o diretor da DROPEP, esquecendo de dizer que o outro grupo de trabalho, o do rejuvenescimento da administração pública, é liderado pela Dra. Alexandra Viveiros, que é técnica especialista no seu gabinete.

Referiu, ainda, que estes grupos de trabalho não implicam nenhum acréscimo nem nomeações e desenvolvem o seu trabalho, dentro do que são as suas funções e remunerações atuais.

Deu nota que estes grupos de trabalho não são exatamente as mesmas entidades. No grupo de trabalho da flexibilidade laboral, está o Dr. Simão, que foi cooptado para o Conselho Consultivo da Administração Pública, e no grupo de trabalho do rejuvenescimento, está o dr. Carlos Farinha, que



também foi cooptado para o conselho consultivo e indicado pelo próprio secretário regional, informando que, tanto um como o outro, fazem parte da Comissão Consultiva da Administração Pública.

Dentro da administração tem a estrutura para a modernização administrativa, a direção regional das comunicações e, portanto, para agregar, também, a componente da formação, da juventude, do digital e da modernização nestes grupos.

Em relação às reuniões com os sindicatos, informou que tiveram as reuniões habituais com os sindicatos, que são o Sindicato dos Técnicos do Estado, o SINTAP e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas.

Em relação às regularizações, nomeadamente os do Covide, disse não os ter consigo, mas pensa que da última vez que esteve nesta comissão trouxe esses documentos, mas que, naturalmente, os fará chegar ao presidente da comissão.

No uso da réplica o deputado João Vasco Costa insistiu na questão dos números das regularizações, e pediu a composição em relação ao grupo de trabalho da flexibilidade laboral.

O governante disse que tinha os despachos e, que por isso, podia dar nota de todas as pessoas que estão em cada um dos grupos. Em relação ao grupo de trabalho da flexibilização dos 4 dias, afirmou que o Dr. Délio Borges coordenava, o Dr. Pedro Batista vinha das Comunicações e Transição Digital, a Dra. Ana Laranjeira da Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública, a Dra. Diana Simões da RIAC e o Dr. Simão Barbosa como membro do Conselho Consultivo da Administração Pública.

No outro grupo de trabalho, a Dra. Alexandra Viveiros é a coordenadora, o Dr. Renato Medeiros é o diretor regional da Qualificação, o Dr. Eládio Braga é o diretor regional da Juventude, a Dra. Ana Laranjeira é da Estrutura de Administração Administrativa, o Dr. Alexandre Medeiros é técnico especialista do gabinete do secretário regional, especialista na área do digital e o Dr. Carlos Farinha é membro do conselho consultivo.

Em relação às regularizações, referiu que os números são 263 de empresas públicas, 465 da administração pública, regularizados em 2021, e 515 dos contratos Covide. Acrescentou que estes 515 podem variar em função de algumas das pessoas já terem acedido a outros concursos, mas que o objetivo é abrangê-los todos, e, também fazer um esforço porque havia situações que podiam ser delicadas para algumas pessoas, que não tinham as competências, não tinham a



escolaridade suficiente para poder entrar, acrescentando que, através da rede Valorizar, estão a providenciar para que essas pessoas possam ter acesso aos níveis necessários, para poderem ser regularizados e para que ninguém fique de fora.

A deputada Sabrina Furtado disse que, por acaso, trouxe os documentos que foram distribuídos a esta comissão aquando das audições do orçamento de 2024, começando por referir que o aumento da remuneração complementar de 3% teve um impacto orçamental para 2024 de cerca de 2 milhões de euros.

Perguntou qual, então, o impacto orçamental para 2025, do aumento desses 3%, sendo que em 2024 foram 2 milhões de euros.

Depois, naturalmente, com os dados que o secretário tinha disponibilizado ainda em maio a esta comissão, a deputada, apenas para refrescar a memória, segundo a própria, referiu que no diz respeito aos 515 trabalhadores abrangidos e integrados no âmbito dos contratos COVID-19, estavam 4 médicos, 121 enfermeiros, 22 técnicos de saúde, 51 técnicos superiores, 100 assistentes técnicos, 213 assistentes operacionais e 4 informáticos.

Depois deu os parabéns ao secretário regional, por ainda hoje (6 de novembro) ter sido publicado em Jornal Oficial a criação de dois grupos de trabalho, um para o projeto piloto de flexibilização do trabalho e do processo de rejuvenescimento da administração pública regional, porque os dados trazidos vão no sentido que 30% da administração pública regional, entrará numa fase de pré-reforma, ou mesmo de reforma, e, portanto, obviamente, estas matérias devem ser, como estão a ser, acauteladas com antecedência suficiente.

Relativamente à precariedade na administração pública regional, disse saber que desde 2020 este governo tem tentado, como pode, e muitas vezes mais do que pode, combater a precariedade nos Açores e perguntou se, em termos comparativos, podia adiantar, embora admitindo que o governante não tenha vindo propriamente com estes números todos para a audição, mas que depois se pudesse também fazer chegar a esta comissão os números das integrações e regularizações de precários entre 2020 e 2024, quantas prestações de serviços precários existiam em 2020, e existem neste momento e em termos de regularizações efetivamente na administração pública e de uma forma geral, mostrando, assim, a evolução no combate à precariedade laboral.

A deputada, por fim, deixou uma consideração relativamente à precariedade laboral, afirmando que naquele próprio dia (6 de novembro) tinha sido publicado no SREA a informação de que a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

população empregada dos Açores tinha aumentado 6,22% e que a taxa de desemprego tinha diminuído 1,1%, considerando serem números animadores.

O secretário regional deu nota da estimativa para 2024, com um dispêndio com a uma remuneração complementar de 11.717.900 euros, e, que para 2025 com este aumento de 3% significa 12.527.151 euros, portanto, mais 809.251 mil euros com o alargamento dos escalões até aos 2.000 euros.

Em relação à precariedade da administração pública regional, informou que que em 31 de dezembro de 2019, ano antes do Covide, havia 19.491 trabalhadores na administração pública, direta e indireta, e nos hospitais. À data de hoje (6 de novembro) existem 21.018, portanto, são mais 1.527 trabalhadores, dos quais 1.243 referem-se a regularizações.

Em relação à precariedade, disse que era algo que preocupa o governo e que tem sido feito um esforço grande, quer seja na administração pública, quer seja na privada, e há dados extraordinários relativamente a essas matérias, nomeadamente do programa Contratar e de outros que são consequência das reformas políticas de emprego que o XIII governo empreendeu e que estão ainda hoje, felizmente, estão a produzir bons efeitos.

Adiantou, ainda, que na administração pública regional, a 31 de dezembro de 2019, existiam 317 prestações de serviço, enquanto à data de hoje são apenas 199, portanto, menos 118 prestações de serviço. “Não é ainda perfeito e ainda há caminho naturalmente a fazer-se, mas de facto diminuiu de 317 para 199”, referiu o governante.

E em relação aos programas ocupacionais, a 31 de dezembro de 2019 referiu que eram 1.063 e agora são 358, menos 705, menos de 118 prestações de serviço, mais 1.527 funcionários públicos, dos quais 1.253 provêm de regularização extraordinária.

Em relação aos dados que foram publicados esta manhã (6 de novembro) pelo INE e também pelo SREA, confirmou que eram dados muito interessantes para todos os açorianos, reafirmando que a região regista a maior população ativa de sempre, a maior população empregada de sempre e uma taxa de desemprego abaixo da taxa nacional e isto naturalmente tem a ver não especialmente com a Administração Pública Regional, mas com a economia dos Açores, que está numa fase muito robusta, que cresce há mais de 40 meses consecutivos, que está a criar emprego, havendo, neste momento, uma grande dificuldade com a falta de mão de obra, assumindo que as reformas políticas que foram feitas, tiveram este efeito, ou seja, colocaram mais pessoas no mercado de trabalho.



Referiu, ainda, que a comparação com 2020 não era justa, mas verifica-se que ao comparar com todos os anos passados, já que há aqui um enorme crescimento da população ativa, mais pessoas disponíveis para trabalhar e deu nota de que no momento que teve essas responsabilidades (emprego), uma das grandes alterações que teve de fazer foi nos próprios quadros da administração regional que trabalham nas áreas de emprego, porque estavam formatados para quando aparecia um desempregado colocá-lo num programa de emprego.

“E o chip que se tentou mudar, que foi a forma das políticas de emprego, foi quando apareceu um desempregado, onde é que o vamos colocar, numa empresa e não num programa de emprego, isso teve efeitos e é por isso que a população ativa está em valores recorde, mas ainda assim, e se repararmos relativamente ao 3.º trimestre de 2023, a população ativa cresce de 121.500 para 126.400”, referiu o governante, acrescentando que há mais pessoas disponíveis para trabalhar.

Acrescentou que ainda existem muitas posições no mercado laboral que não se estão a conseguir preencher, nomeadamente na área da hotelaria e também da construção civil. Justificando que isso é consequência não só das reformas políticas de emprego, mas em particular dos privados, das empresas e de uma economia que, como disse, está numa fase robusta.

Referiu que os números da precariedade da administração pública de 2019 para 2024 são substancialmente melhores, no sentido que há muito menos precariedade agora do que havia até 31 de dezembro de 2019, mas assinalou que isso não os deixa completamente satisfeitos, naturalmente, porque apesar de 317 terem passado para 199 nas prestações de serviço e de 1.163 terem passado para 358 nos programas ocupacionais, estas quase menos mil pessoas que estão nesta precariedade em comparação com o que estava em 2012 e 2019, ainda assim não deixa o governo satisfeito, acrescentando, que ainda há mais trabalho para fazer no combate à precariedade, quer seja a nível das prestações de serviço, quer seja a nível dos programas ocupacionais.

Não havendo mais inscrições nesta primeira ronda, o presidente da comissão passou para a segunda ronda, tendo-se inscrito o deputado José Eduardo (PS).

O deputado José Eduardo relativamente à nova semana de trabalho, e, ao que foi dito nas audições do orçamento para 2024, perguntou se esse desenho do projeto piloto já se encontra definido, para que este grupo de trabalho agora criado, possa ser analisado no prazo de 90 dias. Também perguntou se na sequência da informação da altura, em que ponto está o calendário previsto para



a transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em instituto e se é, realmente, para concretizar ainda em 2024.

O secretário regional, em relação ao projeto piloto da flexibilidade laboral ou dos quatro dias, afirmou que o calendário que foi definido foi o seguinte: foi reinstalado o Conselho Consultivo da Administração Pública, onde isto foi apresentado, discutido, refletido e, aliás, acrescentou que fez menção de dizer nessa reunião, que se não fosse por mais nada, só a reflexão feita naquele conselho consultivo já teria valido a pena pela sua reinstalação, porque, como é sabido, esteve sem funcionar durante muitos anos e foi no seguimento desse conselho consultivo que foi, depois, desenhado os grupos de trabalho para a flexibilidade laboral e para o rejuvenescimento, sendo que este grupo de trabalho, no caso em relação à flexibilidade laboral, tem 90 dias, para apresentar o desenho do projeto piloto, mas avisou que isso tem de ser feito com um certo cuidado, porque, para já, é preciso saber que departamentos do governo estão disponíveis para avançar com a solução, porque isso não é algo que se possa impor.

Depois, numa segunda análise, é preciso ver que departamentos do governo têm perfil, e, que isso implica encontrar também diferentes departamentos com diferentes orgânicas de maneira a poder testar, afirmando que existem departamentos do governo que trabalham só numa ilha e existem outros que têm trabalhadores em várias ilhas e, naturalmente, não vai ser apenas um projeto piloto, vão tentar desenhar dois ou três projetos piloto para poder tirar conclusões.

“Portanto, vamos tentar saber quais são os departamentos que estão disponíveis, até porque já há alguns que têm experiências em abordagens das flexibilidades e sabemos já as pessoas que estão, por exemplo, em casa de teletrabalho, e, há departamentos que têm mais vocação, mais propensão”, referiu.

Deu o exemplo de algumas chefias mais disponíveis para isso do que outras e, portanto, na sua opinião isso tem de ser aferido fazendo com o projeto piloto, tentando obter conclusões de áreas que possam ser diferentes e que possam, então, criar depois as condições para poder passar para algo mais efetivo.

Em relação à questão do Serviço Regional de Estatística (SREA) informou que o próprio serviço está a trabalhar no desenho do que será um *draft* do instituto, e, reconheceu que já devia estar mais avançado do que está acrescentando, que a ideia era, que ainda em 2024 a proposta pudesse entrar no parlamento.



Referiu não ter sido possível por várias razões, nomeadamente a mudança de legislatura, mas que de facto, confirma ser este um processo que é preciso acelerar para que a breve trecho esteja concluído, sem se comprometer com datas, mas assegurando que continua com o objetivo.

Disse haver algumas questões que é preciso ter cuidado porque o SREA trabalha, em algumas áreas, como uma espécie de agente do Instituto Nacional de Estatística (INE), e por isso há que compatibilizar e discutir com o próprio INE.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA:

[Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Alonso Miguel, iniciou a sua intervenção referindo que o Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática ascende para 2025 a dotação de 33 milhões, sendo que desse valor aproximadamente 14 milhões de euros estão reservados ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

“A Proteção Civil de facto tem se afirmado como um pilar fundamental para a segurança e o bem-estar das nossas populações e, por isso, tem sido uma área prioritária a intervenção do Governo Regional e, dou nota de que só nos últimos 4 anos, foram direcionados mais de 46 milhões de euros para o sistema de proteção civil da região, incluindo aqui, obviamente, as nossas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Para 2025, nós reforçamos esse compromisso. O orçamento como disse destinado à Proteção Civil e Bombeiros ascende a cerca de 14 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 15% em relação a 2024, e representa também o maior investimento de sempre na Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No que diz respeito aos equipamentos e telecomunicações, está previsto uma verba de 3,8 milhões de euros. Um montante que irá permitir dar continuidade à renovação dos veículos dos nossos bombeiros, nomeadamente da frota vermelha, com a aquisição de nove ambulâncias de socorro, um valor de um milhão de euros, e com, a conclusão da aquisição das 9 viaturas da frota vermelha, que já tinham sido adjudicadas, designadamente as cinco que estão neste momento ainda em falta, num investimento estimado em cerca de 2 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Como sabem as três primeiras viaturas vermelhas adquiridas, já foram entregues, uma na Graciosa, na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa, e duas em S. Miguel, uma na Ribeira Grande e outra em Ponta Delgada, ao que tudo indica, até ao final do ano iremos receber a quarta viatura a entregar à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória. Portanto, para o próximo ano contamos adquirir as cinco restantes viaturas, no tal montante de 2 milhões de euros.

Em complemento, serão investidos 370 mil euros para aquisição de kits de emergência e equipamentos de proteção civil, que são evidentemente fundamentais para a operação dos nossos corpos de bombeiros.

Também ao nível das comunicações, iremos investir 400 mil euros, para assegurar o funcionamento da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores e também do Sistema de Gestão de Ocorrências da Região.

Ao nível das infraestruturas está previsto uma verba de 310 mil euros, destinada às manutenções das instalações das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, também para o projeto do novo quartel de bombeiros de Vila Franca do Campo, para o programa preliminar do novo quartel do Nordeste e um reforço significativo no Centro de Formação do SRPCBA, para a construção de uma torre de treino para combate a incêndios em altura.

No campo dos protocolos e apoios, está prevista uma dotação de 9,5 milhões de euros, um aumento de 6,9% em relação a 2024.

Dentro deste investimento, destaca-se o reforço em Emergência Médica Pré-Hospitalar, com 8 milhões de euros para transporte de emergência e manutenção das SIV, aqui há também um aumento muito significativo de cerca de 21% face a 2024, que permitirá consolidar o dispositivo que já existe e reforçar ainda o dispositivo, designadamente nos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

Iremos dar continuidade ao projeto-piloto da SIV com recurso a ambulância na Praia da Vitória.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O financiamento do CIVISA, será mantido nos 600 mil euros, valor que irá permitir continuar a desenvolver as redes de monitorização de riscos naturais, designadamente no campo da atividade sísmica e vulcânica.

Paralelamente, vamos também concretizar o modelo de financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que recentemente foi aprovado, com uma verba alocada de 500 mil euros, e proceder à implementação do estatuto social do bombeiro voluntário na Região Autónoma dos Açores, que também foi recentemente aprovado no parlamento regional, com um investimento previsto de 350 mil euros.

Na área de formação, o plano destina cerca de 465 mil euros para a qualificação dos nossos bombeiros e para a sensibilização da nossa população, designadamente ao nível dos riscos naturais e mais concretamente ao nível dos riscos sísmicos e vulcânicos.

O departamento de formação do SRPCBA desempenha um papel central nesse esforço, sendo que em 2024 tivemos a oportunidade de capacitar todos os alunos do 9.º ano da região com formação em suporte básico de vida, e queremos agora reforçar o projeto “Aprender a Socorrer”, juntando a esta disciplina também a de primeiros socorros.

Queremos também aumentar o número de bombeiros especializados em estruturas colapsadas, de forma a consolidar a posição de vanguarda que temos nesta área no país.

E, portanto, com este conjunto robusto de investimentos e medidas, temos o objetivo de poder reforçar as condições humanas e materiais para o excelente desempenho operacional dos nossos corpos de bombeiros da região e aumentar a capacidade de resposta em situações de emergências em prol da segurança das nossas populações.”

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se o deputado João Vasco Costa (PS), o deputado Flávio Soares (PSD) e o deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

O deputado João Vasco Costa, questionou o governante sobre os aumentos salariais dos bombeiros e os constrangimentos que isso vai provocar em algumas associações humanitárias,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

nomeadamente, aquelas que prestam serviços em aeroportos, que são tutelados e administrados pela VINCI. Nem todas as que operam nos aeroportos da VINCI têm o mesmo tipo de problemas, porque umas já estão com novos contratos, e a VINCI compromete-se a suportar o aumento que foi decidido pela Assembleia Legislativa, mas existem outras, que têm protocolo, que só cessa em 2025, e, que por via desse aumento tem de ser suportado pela associação, dando o exemplo da Associação da ilha de Santa Maria.

Esta questão, envolverá, até ao fim do protocolo, um custo que terá de ser suportado pela associação humanitária da ilha de Santa Maria, de 150.000 euros, sendo que a associação não tem como fazer face a este custo e a VINCI está a ser intransigente, e, que não cobre este valor, porque não foi o que estava contratualizado. Este problema é sério e real, questionando o secretário regional, se dos 14 milhões de euros, que representam um aumento de 15% em relação a 2024, se o Governo Regional pondera, ou terá possibilidade de fazer face a essa situação, porque se uma associação humanitária não tiver esta ajuda, o caminho será o despedimento de bombeiros, representando um problema sério para uma ilha pequena, como Santa Maria.

Realça ainda que, também envolvida na questão, está a sensibilização ao secretário para a situação reportada.

Em resposta, o secretário regional realçou que, a situação que reporta é ainda mais grave, não se baseando apenas na manutenção de postos de trabalho, mas de uma prestação de um serviço que tem capacidade de imobilizar uma ilha, causando constrangimentos muito graves na mobilidade dos açorianos, mas também causando graves constrangimentos ao desenvolvimento socioeconómico dos Açores. Destacou que os contratos, são contratos de prestação de serviços entre as associações humanitárias, que apesar de prestarem serviço público, são de direito privado e a ANA também é uma entidade privada, sendo que o Governo Regional sente a responsabilidade de acompanhar esta questão com muita proximidade, e têm feitos contactos com a administração da ANA no sentido de sensibilizar para a solução deste problema.

Considera que, a ANA deve ter um sentido de responsabilidade, e, compreender, que a retirada de bombeiros dos aeroportos mencionados, e com contratos deficitários, causam um impacto muito grande. Destaca ainda, ter a certeza de que a ANA terá a capacidade de compreender, que não pode ter uma prestação de serviços, que seja deficitária para as associações humanitárias de bombeiros voluntários, e, que dará passos para se aproximar das pretensões das associações, no sentido de cobrir as despesas que essa prestação de serviço envolve.



O governante realçou ainda que ficará sempre a garantia que o Governo Regional está empenhado na resolução do problema, mesmo que esta prestação de serviços seja entre duas entidades privadas, mas que condiciona a mobilidade dos açorianos, e, se necessário for, o governo está disponível para o reforço de prestações de serviços com as Associações, para tentar equilibrar financeiramente.

No seu direito a réplica, o deputado João Vasco Costa reforçou a dificuldade e o perigo de uma ilha ficar isolada, e acontecerá se não for resolvida a questão colocada.

Reconhece o empenho do secretário, e, verificada a intransigência da VINCI, fica apreensivo, destacando que fica mais tranquilo uma vez que o secretário regional diz estar desperto e atento ao problema.

O secretário regional destacou não ser possível que o Governo Regional suporte o custo de uma prestação de serviços de uma entidade privada, mas reforça que acompanhará de muito perto, reforçando as diligências para além das que já efetuou, para a resolução do problema, sendo certo que terá a capacidade de apoiar as associações, como tem sido prática, dando-lhes estabilidade e sustentabilidade financeira, não podendo é ser através de uma prestação do financiamento de uma prestação de serviços de outra entidade privada.

Referiu também que a solução lógica é a ANA/VINCI compreender, que não pode usufruir de prestações de serviço que sejam deficitárias e que não cubram as despesas do serviço que é prestado, que essa é que é a solução e reconhecendo esse problema dar passos justos no sentido de acompanhar as pretensões da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

No uso da palavra o deputado Flávio Soares, disse que efetivamente este é o maior investimento de sempre na área da proteção civil, penso que é de se notar esta preocupação e esta estratégia que foi definida por este Governo Regional, mas também que vem dar seguimento aos investimentos que foram feitos nos últimos dois, três anos, e que tem a ver com atribuir maiores e melhores condições, não só aos nossos bombeiros, mas a todos aqueles que prestam de alguma forma serviço no âmbito da proteção civil na nossa região.

Existem muitos exemplos, e que já falou em alguns, o aumento salarial, o novo modelo de financiamento das associações, a aquisição de diversos equipamentos para os nossos bombeiros, os protocolos que estão previstos no plano e orçamento e que se mantêm.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referiu também que há uma necessidade urgente a ter para com determinados quartéis de bombeiros, esse levantamento está feito, está plasmado no plano e orçamento, e, que é preciso que se olhe para estas necessidades urgentes, como este governo tem vindo a olhar.

Questionou o secretário regional no sentido de perceber como é que decorre o processo de aquisição das nove ambulâncias que o mesmo já referiu, se está no bom caminho, se há alguma previsão de entrega desses mesmos equipamentos.

O governante respondeu que partilha da preocupação do deputado, em relação à necessidade de intervenção, requalificação e de construção de novos quartéis, que há um plano em marcha que está plasmado neste plano e orçamento, desde logo com a contratação do projeto para o quartel de Vila Franca do Campo e também da aquisição do programa preliminar do quartel do Nordeste, que estão a dar início a procedimentos, para que numa próxima fase possam avançar com a construção do quartel na Calheta, na ilha de São Jorge, que neste momento estão em conversação com a Câmara Municipal no sentido de identificar e definir concretamente o terreno para a construção do quartel, que o mesmo será cedido pela Câmara Municipal da Calheta, para depois poderem avançar para o programa preliminar.

Relativamente às nove ambulâncias, que as mesmas já foram adjudicadas, e, que a previsão que têm é que até ao final deste ano de 2024, as mesmas já estejam na região, independentemente de as conseguirem faturar este ano ou não, a previsão de chegada é ainda durante este ano, ou quando muito no início do ano que vem.

Em relação às viaturas da frota vermelha, informou que já entregaram um autotanque pesado na Graciosa, um autotanque pesado em Ponta Delgada e outro na Ribeira Grande, e que até ao final do ano contam entregar um pronto-socorro pequeno na Praia Vitória e durante o ano de 2025 irão entregar também um pronto-socorro médio na Povoação, um autotanque pesado em Angra do Heroísmo, outro em São Roque do Pico, outro para Vila Franca do Campo e um autossalvamento médio na Horta. Também deu nota que irão lançar já um novo procedimento para mais cinco viaturas vermelhas, dando assim continuidade à renovação da frota, e mantendo aqui uma cadência que permita de facto ter uma renovação eficaz de toda esta frota, que contam lançar ao longo de 2025 para 2026 outro concurso para mais nove ambulâncias de transporte para os Açores. E, que, há aqui de facto um investimento muito significativo na renovação destas duas frotas de ambulâncias e de viaturas vermelhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da réplica o deputado Flávio Soares felicitou o Governo Regional e o secretário regional por todo este trabalho e todo este esforço.

O deputado Pedro Pinto após algumas considerações iniciais centrou-se naquilo que é a autoproteção dos cidadãos, e, que para que os mesmos estejam capacitados para a sua autoproteção e estejam despertos para a necessidade da sua autoproteção, que é necessário sensibilizar e dar formação aos açorianos.

Fez referência ao programa mencionado pelo secretário regional, cujo nome disse não ter percebido, que tinha a ver com socorrer, e que era um programa para jovens alunos, e gostaria de perceber melhor este programa que o governo está a empreender nas escolas, para dar formação aos nossos jovens, e, para formar a sociedade, as gerações futuras, pois o grupo parlamentar do CDS acha que é por esta via que se consegue uma maior consciencialização dos cidadãos para os perigos que nos rodeiam, e, crê que este programa empreendido pelo governo é muito importante e que gostaria de perceber os contornos do que já está feito e o que está planeado para o futuro.

O governante em resposta ao deputado entre outros esclarecimentos voltou a referir que têm 465.000 mil euros de investimento previsto na formação, e, que parte deste investimento é para a qualificação dos bombeiros, mas, que também parte significativa é para sensibilização da população com relação a determinados riscos naturais designadamente sísmicos e vulcânicos.

O Governo Regional através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores tem desenvolvido um conjunto muito vasto de formações, recentemente fizeram um *Mass Training* em suporte básico de vida, que teve uma adesão muito significativa na ilha Terceira, em São Bento, nas comemorações do Dia Mundial do Coração e que tiveram também o exercício Basalto na ilha Terceira, que permitiu simular a evacuação de uma freguesia.

Disse que têm o projeto de “Aprender a socorrer” que é um projeto pioneiro, os Açores foram a primeira região do país a conseguir implementar um projeto desta natureza direcionada a todos os alunos do 9º ano de escolaridade da região, realizado em todas as escolas de todas as ilhas, num total de 138 ações de formação que abrangeram 2500 alunos, é um projeto inovador, é um projeto muito importante para quem tem um contexto geográfico e de vivência como os Açores.

Acrescentou que gostariam de reforçar esse programa, juntando ao suporte básico de vida a formação em primeiros socorros, que este é o plano que têm para reforço e, que lhes parece que é verdadeiramente fundamental para os Açores e para os açorianos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Não havendo mais inscrições, o presidente da comissão passou a palavra ao secretário regional que se referiu à abertura da sessão do “World Rescue Challenge” campeonato do mundo de trauma e desencarceramento 2024, destacando o orgulho do mesmo ter sido desenvolvido nos Açores, mais concretamente na ilha Terceira, que foi um momento de prestígio para a região e que permitiu concentrar nos Açores cerca de 600 bombeiros, 72 equipas de trauma e desencarceramento, de 23 países distintos, e, que isso para além do prestígio permitiu também uma partilha de conhecimentos, de experiências e de competências desses especialistas mundiais com os nossos profissionais ligados a este setor, que se pode capacitá-los ainda mais para se prestar um socorro eficaz às nossas populações, que foi um momento de reconhecimento Internacional.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E COMUNIDADES:

[Parlamento online - Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Estevão, iniciou a sua intervenção referindo que as comunidades é uma área de grande interesse para este governo e para todos os que nos antecederam, que a cooperação com as comunidades e com a diáspora tem uma grande importância e, que por isso vão continuar a desenvolver aqueles que eram os programas tradicionais que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo de todos estes anos pelos diferentes governos dos Açores e que vão continuar a apoiar aqueles que são os pontos de identidade fundamentais.

Referiu, que têm protocolos de cooperação no âmbito da identidade cultural, que têm também o apoio ao Conselho Mundial das Casas dos Açores e, que como se sabe também estão a aumentar significativamente o número de casas.

Mencionou também o Conselho da Diáspora Açoriana, que também era um organismo preexistente, e que continuam com os projetos que estavam a ser desenvolvidos também a este nível, que continuam a dar apoios ao nível de seminários e de eventos.

Aludiu à questão do fórum do Espírito Santo, que o mesmo já tinha sido feito à cerca de catorze anos, com outra designação, mas que o espírito era o mesmo, ou seja, que consideram que o Espírito Santo é um elemento de identidade que une o conjunto dos açorianos e também a nossa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

diáspora e, que o que pretendem fazer não é uma cerimónia religiosa, mas que se trata apenas de estudar o fenómeno em si e, que permite o intercâmbio de experiências.

Disse também, que vão inovar no sentido dos jogos das comunidades, que estão a ser selecionados os desportos que vão realizar, as provas que vão unir a Região Autónoma dos Açores e o conjunto da diáspora, e que permitirá depois ter um campeão do conjunto do povo açoriano, ou seja, da nossa diáspora e também daqueles que são residentes na Região Autónoma dos Açores.

Consideram que estes tipos de projetos são muito interessantes e que estão a ter uma boa adesão por parte dos jovens que já mostraram entusiasmo por realizar esta atividade.

Disse, que no âmbito daquela que é a orgânica da secretaria que foi criado um gabinete de estudos e de projetos que pretende sobretudo mapear o conjunto da diáspora açoriana, identificando a mesma, e, sobretudo os pontos em que elas se encontram. Considerou que as mesmas estão a sofrer modificações significativas, com um conjunto de deslocações que fizeram por exemplo para o Texas e para a Flórida, que não eram locais da emigração açoriana, mas que eles acompanham também o resto da população americana que se desloca para novos locais, e, portanto, existem novas comunidades em locais geograficamente diferentes daquilo que era o destino final da emigração açoriana. Acrescentou, que vão conhecer bem o conjunto da diáspora, que vão tentar proteger o seu património, tentar identificar e mapear tudo no sentido de preservar e digitalizar todos os documentos que têm a ver com a diáspora, para não se perder essa riqueza cultural, essa história de tantas centenas de comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, num âmbito geográfico muito alargado, que inclui a quase totalidade do continente americano desde o Uruguai até ao Havai.

Relativamente ao total da dotação prevista no plano regional anual para a cooperação com o poder local é de 7 milhões e 769 mil euros.

“Em reforços e diminuições em algumas rúbricas, como a seguir passamos a identificar, verifica-se, no global em relação ao ano de 2024, uma diminuição de 1 milhão e 750 mil euros, muito à custa da regularização do designado IVA turístico e do pagamento da última prestação da participação do IRS nos anos de 2009 e 2010, que constavam do plano para 2024. Digamos que se trata de uma diminuição por boas razões pois regularizamos dívidas.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assim, em 2024, e no que diz respeito ao IRS 2009 e 2010, o Governo Regional concluiu o pagamento, num valor de 5 milhões 489 mil euros, na sequência do protocolo celebrado, a 10 de setembro de 2021, entre a Região Autónoma dos Açores e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao IVA turístico, foi celebrado, também com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a 17 de setembro do corrente ano, o protocolo que prevê transferir, para todos os Municípios da Região, o valor de 3 milhões 350 mil euros, referentes à participação municipal na receita do IVA nos anos de 2020, 2021 e 2022, conforme foi deliberado por este Parlamento.

O plano regional anual para 2025 prevê o pagamento do IVA turístico, referente ao ano de 2023, no montante de 1 milhão 136 mil euros.

Quanto ao montante do IVA turístico de 2024, calculados de acordo com o decreto legislativo regional n.º 40/2023/A, de 27 de novembro, convém salientar que está inscrito, no orçamento de Estado para 2025, um valor de 1 milhão 240 mil euros.

Assim, no ano de 2025, os Municípios da Região, irão ver processados o valor de 2 milhões 376 mil euros do designado IVA turístico, quer por via do plano regional anual, quer por via do orçamento de estado, se o orçamento de estado for aprovado.

Contemplamos ainda, no plano da Direção Regional da Cooperação do Poder Local, transferências de capital para os Municípios, no valor de 491 mil euros, assegurando contratos ARAAL no âmbito do decreto legislativo regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, destinado à construção e grandes reparações das sedes das Juntas de Freguesia.

Ainda no âmbito dos municípios, estão previstos montantes de 50 mil euros destinado às senhas dos Conselhos de Ilha, 42 mil euros para assegurar a cooperação técnica, dos quais 50% deste montante serão afetos à formação de técnicos e autarcas.

Em relação à cooperação com as freguesias, o plano regional anual prevê o valor de 5 milhões 984 mil euros, excluindo o montante de 490 mil euros, que são também os beneficiários com a celebração dos contratos ARAAL com os municípios.

Destaca-se as seguintes rúbricas:

- 30 mil euros de cooperação com a Delegação Regional dos Açores da ANAFRE.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- Em termos de cooperação técnica, o valor 36 mil euros, sendo que cerca de 74% destina-se à formação de autarcas.

- O fundo para o desenvolvimento para as Freguesias está dotado do valor de 5 milhões 417 mil euros.”

Continuando, o governante deu algumas informações relevantes, em relação às Freguesias: - *“No ano de 2024, foram 121 freguesias que apresentaram candidaturas no âmbito do decreto legislativo regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, ou seja, no âmbito do antigo regime de cooperação financeira;*

O montante de investimento proposto foi de 1 milhão 152 mil euros, sendo o valor considerado elegível de 1 milhão e 34 mil euros;

O valor de apoio que está a ser processado e transferido para as Juntas de Freguesia corresponde a 848 mil euros, tratando-se do valor mais elevado atribuído em termos de cooperação, desde 1983;

Daquele valor, salientamos 504 mil euros, para a conservação e reparação das sedes de Juntas de Freguesia e 344 mil euros, em mobiliário, equipamento e software informático;

Decorreu até 4 de novembro, o período de candidaturas do novo regime de cooperação com as freguesias;

De acordo com os dados disponíveis, à data de 31 de outubro, 44 Freguesias apresentaram 78 candidaturas, com um valor aproximado de investimento de 3 milhões 639 mil euros;

Decorre neste momento as devidas análises do enquadramento das candidaturas, nos vários domínios de investimento, quer em termos de cooperação, colaboração e coordenação.”

Em relação aos Municípios disse que: *“O Governo Regional irá acelerar a revisão do estatuto das vias terrestres, naturalmente em articulação com a Associação de Municípios e com a ANAFRE e, que o governo participará neste processo, através da DRCPL, a Presidência do Governo;*

Em relação aos planos diretores municipais referenciar que são determinantes em áreas como a habitação, proteção e conservação de recursos naturais e até culturais e que os mesmos se encontram a ser devidamente analisados, processados e colocar o conjunto de dados que foram solicitados e que estão a ser tratados.”



Referiu, que também a nível dos Municípios vão ser promovidas um conjunto de ações de formação em diversos níveis e, que esta é uma novidade importante, que deixa na Comissão, sendo que têm um novo regime de Cooperação Técnica e Financeira da Administração Regional com as Freguesias e Associações de Freguesias, e que é intenção do governo fazer a mesma coisa em relação à criação de um novo regime de cooperação com os Municípios e, claro, também atribuir um fundo bastante significativo, permitindo assim, que sejam as Freguesias, e, agora, também os Municípios a utilizar uma parte daqueles que são os recursos regionais, no sentido em que consideram, e muitos outros intervenientes políticos na região, consideram que é muito importante que o poder local esteja mais próximo dos problemas, visto que os conhece melhor, que muitas vezes tem uma intervenção mais célere, mais direcionada, mais eficaz e, que possa também ter um conjunto de meios que lhes permitam ter essa atuação. Disse também que na perspetiva do governo significará um êxito. Mais disse, que assim os Municípios multiplicam aquele que é o efeito expectável na medida em que os mesmos têm conhecimento mais concreto do terreno, e, até um conhecimento mais concreto daquele que é o desejo, necessidades e expectativas da população.

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Isabel Teixeira (PS).

A deputada Isabel Teixeira disse que como conselheira da diáspora felicitava o governante pelo reinício dos fóruns do Espírito Santo, que o Espírito Santo está enraizado em todos nós e mais ainda nos nossos emigrantes.

Referiu, que todos nós sabemos que a falta de mão-de-obra nos Açores tem atraído muitos imigrantes para todas as nossas ilhas, que uns trazem a família e, que alguns têm dificuldade na língua portuguesa, e também em arranjar uma habitação, que existe uma ação no plano e orçamento, que refere: *“protocolo de cooperação para inclusão social dos imigrantes”*, posto isto, solicitou ao governante uma explicação mais pormenorizada no que vai consistir estes protocolos para estes imigrantes que estão neste momento na nossa região.

Acrescentou, que muitos deles poderão ficar nas nossas ilhas, sendo uma mais-valia ao combate demográfico.

O secretário regional disse que o Governo dos Açores tem uma perspetiva favorável à emigração e de valorização da imigração e dos emigrantes, que nós somos um povo de emigrantes e queremos receber bem como nos receberam a nós.



Referiu, que temos mais de seis mil imigrantes, a maior parte deles de língua oficial portuguesa, e que o governo está a multiplicar o número de cursos de língua portuguesa, que consideram muito importantes para a integração, que a mesma começa logo pelo conhecimento da língua portuguesa, porque também permite depois uma integração do ponto de vista cultural e do ponto de vista das comunidades.

Acrescentou também que vão fazer um protocolo com as associações de emigrantes e de imigrantes no sentido de criarem em conjunto com a secretaria da educação, na educação para a cidadania a inclusão da aprendizagem sobre a emigração e imigração, passando a conhecer o que é a diáspora açoriana, terem conhecimento da sua grandeza, da importância que tem para a região, daquilo que é também o percurso histórico de emigração açoriana. Conhecerem bem a importância e sensibilizarem-se logo na educação cívica, através de protocolos, que serão realizados quer com as entidades emigrantes, quer com quem representa os emigrantes, quer com a secretaria da educação, de forma a valorizarem todo esforço de integração na comunidade.

O presidente abriu inscrições para uma segunda ronda, para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito o deputado Mário Tomé (PS) e a deputada Sabrina Furtado (PSD).

O deputado Mário Tomé no uso da palavra e, como presidente de junta de freguesia fez algumas considerações iniciais. Questionou o governante em relação ao apoio aos efeitos da Intempérie Lorenzo, e que na discussão do plano e orçamento para 2024, tinha sido levantada uma questão, por outro colega, o deputado José António Soares, questão essa que tinha a ver com a cooperação entre o Governo Regional e os Municípios, e com uma obra no concelho da Madalena, no âmbito do que tinha sido danificado pela passagem do Lorenzo, mais precisamente, com o muro de proteção no caminho de acesso às piscinas, e que gostaria de saber se de facto a situação permanece da mesma forma, se existe falta de pagamento à Câmara Municipal da Madalena, se já está a situação regularizada ou se não sendo nesta Secretaria se tem informação de qual será.

O governante em resposta ao deputado disse que a informação que tem, com exceção de Angra do Heroísmo, que no que diz respeito a outras ilhas não falta pagar nada da parte do governo e, que no caso de Angra do Heroísmo falta pagar 66 mil euros e, que existe um pedido de reforço de verba, ou seja, os 66 mil euros não são suficientes, e que este pedido de reforço está em análise.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O deputado Mário Tomé no uso da réplica voltou a referir que na passagem do Lorenzo, na Madalena do Pico, todo o muro da frente mar entre o passadiço, que é a areia larga e a piscina ficou destruído e, que percebeu que o mesmo não estava incluído nesta Secretaria.

O secretário regional respondeu que não estava.

No uso da palavra a deputada Sabrina Furtado iniciou a sua intervenção fazendo vários considerandos, entre eles sobre o novo regime de cooperação com as freguesias, o IVA turístico, os pagamentos do IRS de 2009/2010 e a preparação de um novo regime de cooperação também com os Municípios.

Relativamente às candidaturas apresentadas pelas Juntas de Freguesia, referiu que se espera uma ação proactiva das próprias, a fazer as suas candidaturas e a definir as suas prioridades para que sejam analisadas e sejam aprovadas. Disse também que as candidaturas estiveram abertas de 16 de outubro a 4 de novembro, tendo entrado 44 até 31 de outubro, por isso solicitou ao secretário regional que pudesse fornecer os dados atualizados a 4 de novembro, enviando à comissão ou então que respondesse aquando da própria discussão do plano e orçamento, sobre quantas freguesias efetivamente fizeram candidaturas.

O secretário regional em resposta à deputada informou que iria remeter os dados atualizados, acrescentando que neste momento já existem candidaturas que rondam os 3.639 mil euros. Referiu também, que por exemplo São Miguel, já deu entrada de um conjunto bastante grande de freguesias que estão a candidatar-se a estes programas.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

[Parlamento online - Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que: *“para esta secretaria a prioridade fundamental da proposta de plano de investimento público para 2025 é, objetivamente, a execução das obras enquadradas no plano de recuperação e resiliência.*

Só no âmbito das obras públicas isto representa 63 milhões de euros para 2025, dos quais 45,8 milhões de euros estão destinados aos circuitos logísticos em sete das nove ilhas da região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Até ao fim do próximo ano, até ao final de 2025, teremos um total de 8 circuitos logísticos completos, construídos em apenas quatro anos.

Em 2025, teremos também a continuidade dos investimentos no projeto escolas digitais, no centro de qualificação dos Açores, na segunda fase da construção do TERINOV e, ainda, no laboratório de experimentação da administração pública regional, tudo obras do PRR.

Recordo que os investimentos no âmbito do PRR são considerados pelo Governo dos Açores como estratégicos e estruturantes para o desenvolvimento regional, reconfigurando, por exemplo a nossa rede viária e a capacidade de dinamização das economias locais por via de novas infraestruturas de mobilidade terrestre.

Tudo faremos, como até agora, para garantir o cumprimento de prazos e de projetos, honrando os compromissos assumidos junto do PRR, mas, sobretudo, junto das populações das nossas ilhas.

Em termos gerais, no âmbito direto das competências da Direção Regional das Obras Públicas, perspetivamos um investimento de cerca de 148,6 milhões de euros, onde as obras do PRR representam mais de 42% deste valor.

Outra relevante alocação de recursos está adstrita às SCUT, são 45 milhões de euros, e só existem em S. Miguel, de acordo com o compromisso de longo prazo assumido pela região em 2011.

Não obstante, estamos também a investir na projeção de novas soluções para a modernização e construção de infraestruturas viárias muito necessárias, como seja a ligação Ponta Delgada aos Mosteiros, de Vila Franca a Ponta Garça e Furnas à Povoação.

Sinalizo, especificamente, o projeto da ligação à Ribeira Quente, garantindo as necessárias condições de segurança e a racionalidade dos recursos públicos, com as mais adequadas soluções de engenharia dada a configuração orográfica do terreno, isto significa que estamos a estudar as melhores alternativas, quer eventualmente na continuação da solução atual, quer em outras soluções alternativas, porque, obviamente, que esta também é uma questão que tem se vindo a arrastar de ano para ano, e, portanto, tem que haver este trabalho de estudo das soluções mais adequadas à urografia.

Em termos globais, as nossas estradas regionais serão alvo de um investimento aproximado de 53,5 milhões de euros, onde estão incluídos os valores para reabilitação, beneficiação e pavimentação em vários troços das nove ilhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Temos mais de 1400 km de estradas regionais, muitos dos quais ficaram largos anos sem qualquer intervenção ou planeamento para a respetiva manutenção, exigindo, agora um esforço muito substancial ao orçamento regional, não só pelo estado de degradação, como também pela quantidade de situações identificadas.

Paulatinamente, nos últimos anos, temos feito essa retificação, com a gestão necessária para equilibrar os recursos públicos disponíveis, e temos de atender às necessidades identificadas, e à prioridade que deve ser atribuída à execução do PRR.

Para referência, é também relevante assinalar o volume de investimentos nas várias obras e equipamentos nos diferentes sectores da governação, incluindo:

- 8,6 milhões de euros na educação cultura e desporto;*
- 8,0 milhões de euros na saúde e solidariedade social;*
- 8,6 milhões de euros no mar e pescas;*
- 10,3 milhões de euros na qualificação profissional;*
- 2,5 milhões de euros no ambiente e ação climática;*
- 2,3 milhões de euros na ciência e tecnologia;*
- 800 mil euros em infraestruturas agrícolas;*
- 5,2 milhões de euros em edifícios públicos.*

Temos 133 ações inscritas na proposta de plano para 2025, algumas das quais contêm mais do que uma obra, o que resulta numa gestão de cerca de 200 intervenções em todas as ilhas da região.

É um desafio exigente face sobretudo aos constrangimentos atuais e à realidade do mercado de trabalho e da construção civil.

Há uma manifesta falta de mão-de-obra, como é público, que tem tido impacto em várias empreitadas, quer seja no seu início quer na evolução normal da sua execução.

Mas há também outras dificuldades no mercado, incluindo a falta de material, dificuldades de fornecimento atempado de matérias-primas e ruturas de stock em fornecedores nacionais e internacionais, em coisas tão básicas como por exemplo há uma semana que houve rotura em todo o país de betume, portanto, só para dizer que não estamos a falar de grandes fornecimentos, é coisas básicas e, é uma coisa extremamente necessária, embora não seja muito significativa no valor das obras.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O nosso planeamento para o próximo ano não é igualmente alheio aos condicionalismos impostos pela tardia entrada em vigor do plano de 2024, isto também tem que ser dito, e, portanto, obviamente, que muita coisa vai ser arrastada para 2025, apenas ficou disponível em agosto de 2024, o que influenciou o normal decurso de procedimentos de contratação pública, incluindo a respetiva cabimentação e inscrição de compromissos orçamentais, sobretudo novas intervenções não puderam ser realizadas ao abrigo dos duodécimos.

Por fim, no que concerne especificamente à prevenção e à segurança rodoviária, perspetivamos a continuidade do protocolo de cooperação com a prevenção rodoviária dos Açores, através do fundo regional dos transportes terrestres, como tem acontecido anualmente, que implica uma transferência de, no máximo, 50% das receitas deste fundo relativas às inspeções e reinspeções de veículos na região, são colocadas no máximo à prevenção rodoviária.

Com a proposta do plano de investimentos para 2025, estamos certos de que mantemos uma orientação pragmática e racional na alocação dos recursos públicos nas nossas infraestruturas, de acordo com as necessidades e complexidades do nosso território, e, obviamente, as prioridades.

Acima de tudo, primamos pelo devido cuidado na segurança e na eficiência da circulação rodoviária promovendo a mobilidade de pessoas e bens, bem como o desenvolvimento das economias locais.”

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se o deputado Mário Tomé (PS).

O deputado Mário Tomé começou por dizer, que a questão das estradas é um problema grave e preocupante para todos nós e, para que possamos diminuir o nosso investimento na parte do orçamento regional, é fundamental existirem fundos europeus, para as manutenções e reparações das mesmas.

Em relação às obras do Furacão Lorenzo, mais precisamente as pequenas obras que ainda faltam concluir em algumas ilhas, solicitou informações mais detalhada sobre as verbas inscritas no plano relativas às obras do Furacão Lorenzo.

A secretária regional relativamente à questão das estradas fez várias considerações, entre elas que seria excelente se nós conseguíssemos ter financiamento comunitário para a reabilitação das estradas, e, também para fazer algumas novas, porque as comunidades vão crescendo a dinâmica do desenvolvimento assim impõe, e, portanto, há coisas para fazer de novo e nós nem de novo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

nem para manter temos fundos comunitários. O PRR foi até agora a última oportunidade para podermos fazer estradas.

Referiu que os circuitos logísticos, que já vinham englobados no PRR desde os anteriores governos e já estão todos em obra.

Em relação ao furacão Lorenzo disse que neste mesmo dia ia ser adjudicado pela “*Portos dos Açores*” a obra do porto das Lajes das Flores, com fundos comunitários do sustentável 2030, no valor 186 milhões de euros. Em relação às outras obras, que as mesmas estão previstas no plano, na ação 9.18.4 -infraestruturas de pesca, onde constam o fim do porto do Calhau, verba para fechar financeiramente o projeto, o porto das Ribeiras e o Lajido que foi adjudicado no dia 25 da semana passada.

No uso da réplica o deputado Mário Tomé questionou a governante em relação ao assunto que já tinha colocado ao secretário regional dos assuntos parlamentares e comunidades, relacionado com os estragos provocados pelo Lorenzo, um muro de proteção na zona entre a Areia Larga e a piscina da Criação Velha, no concelho da Madalena, que ficou destruído e, que percebeu na audição anterior, que não havia nenhum protocolo nem acordo de cooperação com o município da Madalena para essa obra, que seria com esta secretaria.

Em relação ao porto das Ribeiras questionou a secretaria regional em relação à abertura do concurso para esta obra.

A governante respondeu que o muro que já foi adjudicado é o do Lajido à Criação Velha, que é o que conhece, que foi adjudicado o dia 25 deste mês e que já é o segundo concurso.

Relativamente ao porto das Ribeiras que vão avançar no ano de 2025.

O presidente abriu inscrições para uma segunda ronda, para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito a deputada Isabel Teixeira (PS), o deputado Paulo Chaves (PSD) e a deputada Patrícia Miranda (PS).

No uso da palavra a deputada Isabel Teixeira questionou a governante em relação ao porto da Calheta, na ilha de S. Jorge, visto ter conhecimento que foi criado um grupo de trabalho, não sabendo em que ponto ficou e, que no plano e orçamento para 2025, volta a constar uma ação – *estudos e projetos com vista ao reordenamento do porto da Calheta*, solicitou um esclarecimento sobre o mesmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A governante começou por dizer que isso vem mais uma vez e, que é um contrato programa que o governo têm com a Porto dos Açores, e que os mesmos vão encomendar um estudo de reordenamento do porto da Calheta, porque é preciso que se perceba exatamente o que é que se quer fazer ali, querem fazer a parte das pescas, querem fazer a parte de passageiros que já existe, mas tem que se sectorizar aquilo, uma náutica de recreio e, que tudo isso tem que ser devidamente ordenado dentro do porto para se poder perceber. Disse também que já existe um estudo prévio, que este ano na visita estatutária apresentaram o mesmo ao presidente da Câmara da Calheta e, que agora esse estudo prévio é transformado em projeto para se poder ter uma noção mais rigorosa do que está envolvido em termos de investimento para se poder lançar as peças de concurso.

Em réplica a deputada Isabel Teixeira perguntou se nesse estudo estava contemplado a proteção da orla costeira, na envolvente ao Museu Francisco Lacerda.

A governante confirmou que estava incluído nesse estudo o molhe de proteção, que sai do final das rochas da entrada para o Museu Francisco, um contra molhe de proteção para proteger toda aquela bacia e que em princípio será aí a náutica de recreio.

O deputado Paulo Chaves começou com algumas considerações iniciais e questionou a secretária regional em relação à estratégia para o próximo ano, em estradas regionais que estão implícitas no plano e orçamento no valor de 53,5 milhões de euros.

A secretária regional voltou a referir que são 1.400 km de estrada para manter, que o vão fazendo através das suas delegações, visto não ser possível centralizar tudo, que fazem desde o asfalto, à manutenção de toda ordem, sinalização vertical, sinalização horizontal, que vão fazendo estas intervenções e resolvendo os problemas.

O presidente abriu uma terceira ronda de inscrições de pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito a deputada Patrícia Miranda (PS).

No uso da palavra a deputada Patrícia Miranda disse que ia colocar algumas questões em relação à ilha de S. Miguel, começando pela segunda fase da estrada da Povoação, questionando quais as ações que estão previstas para a mesma. Questionou também em relação à localização da nova escola da Povoação e, solicitou a desagregação das verbas associadas às acessibilidades Furnas/Povoação e à variante das Capelas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em resposta à deputada, a secretária regional começou por dizer que, em relação à segunda fase da Povoação, já tinha referido, que a mesma faz parte de um conjunto de obras de maior fôlego, e, com a falta de fundos comunitários vão tentar montar um novo pacote de *scuts* ou de qualquer outra concessão, que estão a estudar a melhor forma.

São catorze ações e que desde o dois até ao sete são os circuitos que consideram que neste momento precisam de uma intervenção mais profunda e mais estrutural.

Em relação à localização da nova escola da Povoação que ainda não está decidido e, que cabe é à secretaria da educação decidir onde é que se faz a escola e que depois é que irão dar a sua opinião em termos de obras públicas.

Em relação à primeira fase da variante às Furnas, que a verba pode estar desagregada, e, pode não estar, porque depois umas vão avançando com mais velocidade e outras com menos velocidade e, que a disponibilidade orçamental é para ir fazendo com que tudo ande em simultâneo. E terminou dizendo que é quase 100% para as Capelas e apenas uma pequena parte para fechar financeiramente a obra Furnas/Povoação.

CAPÍTULO IV

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar da IL emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Velas, 11 de novembro de 2024.

A Relatora

(Maria Isabel Góis Teixeira)

O Presidente

(José Manuel Gregório de Ávila)